

**“A história como arma”:
a memória histórica como objeto da resistência estudantil contra a ditadura no
final dos anos 1970**

ANGÉLICA MÜLLER*

Neste trabalho, parte integrante de uma tese de doutorado sobre a resistência do movimento estudantil (ME) contra o regime militar durante os anos de 1970, procuro mostrar como a memória do movimento foi reelaborada para ser utilizada como forma de resistência contra o regime servindo, ainda, como peça fundamental para identidade do próprio grupo. Em resumo, analiso o uso político que o ME fez do passado.

Para tanto, parto do conceito de memória histórica, como descrito por Marie Claire Lavabre (LAVABRE, 1994), que o define como a elaboração de uma historiografia, baseada nas lembranças e representações do passado restituídas pelos próprios militantes (ou por determinado(s) intelectual(is) que escrevem a “história oficial”). A interpretação do passado realizada a partir de um determinado contexto e devidamente instrumentalizada torna-se, muitas vezes, a prescrição de um “dever de memória”, fornecendo aos militantes ou simpatizantes, “modelos de vida”, normas que servem de base para a estruturação da identidade do grupo. Neste caso, da associação que representa os estudantes universitários em nível nacional: a União Nacional de Estudantes (UNE). Cabe ressaltar que todo e qualquer uso da memória pressupõe um trabalho sobre o passado e Paul Ricoeur se refere a esse trabalho como instrumentalização da memória (RICOEUR, 2000: p. 97). Esse uso pragmático da memória não significa maquiavelismo ou oportunismo, mas está relacionado a um cenário de luta entre diferentes atores, que atribuem diferentes sentidos ao passado. No caso do ME, a luta pela memória estava relacionada ao combate à ditadura. Maria Helena Capelato, apoiada nos estudos de Elizabeth Jelín, em seu trabalho sobre a memória da ditadura militar na Argentina, afirma que não existe uma única interpretação do passado, havendo oposições entre memórias rivais: uma “luta da memória contra memória”. A historiadora brasileira mostra que as memórias “são

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pela Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne. Pesquisadora-associada do Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle – Paris 1.

objetos de disputas e conflitos nos quais os participantes desempenham papel ativo como produtores de sentidos nessas lutas” (CAPELATO, 2006: p. 24).

No processo de reconstrução da UNE foi realizado, em 1977, o III Encontro Nacional de Estudantes (ENE). Entre as discussões pautadas no Encontro, diferentes propostas convergiam para a necessidade de fazer “propaganda” da UNE. A organização que encabeçaria o processo de reconstrução da entidade nacional deveria, segundo propostas de uma das correntes da época, “Refazendo”, divulgar as lutas estudantis e “propagandear a criação da União Nacional dos Estudantes”¹. Em outro documento, a proposta foi mais contundente: era preciso “divulgar e propagandear a UNE (história da UNE, necessidade da UNE, etc.)”.² Tornou-se, assim, imperativo para o movimento realizar “históricos” da entidade, a fim de recuperar a “sua própria trajetória”. Essa reconstituição do passado acabou servindo como eixo norteador para novas propostas que ora ressaltavam as qualidades do modelo no qual estava pautada aquela articulação, ora o contestava, apontando os erros cometidos no passado.

O resgate da “memória” da entidade, nesse momento, serviu de respaldo para revalorização da UNE. Serviu também como uma estratégia de definição da nova identidade do movimento através da memória, como afirma Paul Ricoeur (RICOEUR, 2000: p. 98). Referenciada ainda em Michel Pollak, acredito que o trabalho de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1992) também pode ser realizado por associações/entidades que visam a reconstruir sua história através da seleção de fatos e de uma produção de discursos que possibilitem o controle da sua imagem e a projeção de sua identidade. Lembrando ainda que a história ocupa o centro do debate político, principalmente no momento de formação de uma identidade nacional, e serve para justificar as opiniões e ações mais diversas, como afirmou o historiador espanhol Pedro Ruiz Torres (TORRES, 2001: p. 129).

Foi nesse ínterim, entre 1978 e 1979, que surgiram históricos da UNE feitos por diferentes tendências do movimento, através dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e dos Centros Acadêmicos (CAs). Os formatos foram diversos: desde folhetos, passando por documentos de várias páginas, chegando à edição de uma revista pelo

¹ Proposta para o 3º ENE. DCE-Livre/USP – Gestão Refazendo. [1997]. (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 41).

² Reorganização do movimento estudantil. [1977] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, cx. n. 39).

DCE/USP. Os conteúdos apresentavam ligeiros contrastes, mas todos tinham uma mesma referência: a obra *O poder jovem*³, do jornalista Arthur Poerner, lançada pela primeira vez em 1968.

Considerada a “Bíblia” do movimento estudantil, essa obra traça um histórico da luta dos estudantes brasileiros. O livro é dividido em duas partes: o movimento estudantil antes da UNE, compreendendo as lutas dos estudantes desde o período colonial, até a república, e uma segunda parte, a partir da criação da UNE, em 1937. Segundo o autor, a criação da UNE representou um “divisor de águas” na história do movimento estudantil brasileiro. Poerner escreve uma história linear, ordenando cronologicamente os fatos e os descrevendo de forma a enaltecer os agentes do movimento. Sua preocupação maior, segundo o historiador Alberto Saldanha, consiste em exaltar o ME, reafirmando que a UNE e os estudantes são “possuidores de um projeto nacional e progressista que, ao longo da história do país, sempre se fez presente” (OLIVEIRA, 2005: p. 9).

Não é interesse deste trabalho fazer uma análise d’*O poder jovem*, já realizado por outros⁴, mas é importante destacá-lo, uma vez que ele foi base para os históricos que foram construídos no momento aqui estudado. Entretanto, torna-se relevante mostrar rapidamente, algo que os trabalhos pesquisados não abordaram: o contexto em que Poerner escreveu o livro e de onde estava falando. O jornalista se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) logo após o golpe civil-militar em 1964. Viajou para Argélia onde escreveu um livro sobre a guerra que redundou na independência daquele país e, quando voltou ao Brasil, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, militando no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o CACO. Na mesma época trabalhava como redator do jornal *Correio da Manhã*. Foi quando seu amigo também comunista Ênio Silveira, editor da *Civilização Brasileira*, o propôs de escrever um livro sobre a história do ME brasileiro. Durante um ano e meio Poerner realizou

³ Essa obra teve sua primeira edição em 1968, estando na quinta edição, lançada em 2004, que narra os passos do ME até então. Trabalhei com duas edições: POERNER, 1979; e POERNER, 2004. Como informação, em 1977 circulou uma segunda edição clandestina, produzida pela gráfica da PUC/SP).

⁴ (OLIVEIRA, 2005). O livro de Poerner é ainda citado nos trabalhos: SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Jovens, estudantes e rebeldes: a construção das memórias estudantis. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 7, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007; SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Entre heróis e inocentes: a construção das memórias estudantis. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 25-44.

pesquisas para a redação de seu livro, valendo-se da relação com inúmeros (ex)militantes⁵.

Nesse contexto, cabe destacar o artigo escrito pelo também pecebista Leandro Konder publicado na Revista Civilização Brasileira em setembro de 1967. Em “A rebeldia, os intelectuais e os jovens”, Konder faz uma crítica sobre trabalhos de intelectuais da época que incentivavam uma “visão revolucionária romântica inconsequente”. Segundo o filósofo a tarefa dos intelectuais estava calcada na tentativa de comunicar aos jovens, de maneira esclarecida, “a visão do mundo capaz de proporcionar-lhes o mais consequente dos comportamentos revolucionários”(KONDER, 1967: p. 144). Uma crítica a estrutura de sentimento da “brasilidade (romântico) revolucionária”, expressão cunhada por Marcelo Ridenti (RIDENTI, 2010), que vigorava nos anos 1960. É nesta conjuntura em ebulição que entra o ano de 1968 e a obra de Poerner: *O Poder Jovem*. A questão merece um trabalho pormenorizado mas, sem se deter numa análise mais aprofundada, podemos encontrar o tom romântico revolucionário da época na obra, mas também premissas do próprio partido: conforme o autor, o objetivo central d’*O Poder Jovem* é mostrar a importância da participação política, um dos princípios da democracia. Participação esta que deveria existir através da juventude organizada⁶. Assim que foi assinado o Ato-5, *O poder jovem* foi um dos primeiros livros a ser censurado. E, para além das críticas que o livro de Poerner recebeu e das que aqui serão tecidas, cabe frisar que, até então, nenhuma outra obra reuniu o volume documental e descritivo das ações estudantis ao longo de sua história, podendo ser esse o “legado” de *O poder jovem* que foi reeditado em 1979, no bojo de uma série de publicações que já versavam sobre o contexto ditatorial⁷.

⁵ Os dados apresentados neste parágrafo foram retirados de uma entrevista de Poerner à autora realizada no Rio de Janeiro em 08.02.2011.

⁶ Notas da entrevista de Arthur Poerner à autora. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2011.

⁷ Perseu Abramo ressaltou essa questão em 1978: “A tentativa de recuperação da memória nacional tem sido, ultimamente, uma visível preocupação na produção intelectual. Como a seguir na esteira dos *brazilianistas*, os brasileiros também tem procurado, com sofreguidão, contida, mas indisfarçável, fontes primárias ou secundárias que lhes possibilitem colocar na ordem do dia a nação passada e desconhecida.” (In: ABRAMO, 2006, p.204). Foi no final da década de 1970 e início da de 1980 que surgiram os primeiros trabalhos sobre a conjuntura do regime militar, dentre eles: STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975; DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. Ao mesmo tempo, Maria Helena Moreira Alves escreve sua tese de doutorado (*Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, cit.), Fernando Gabeira, no retorno do exílio, publica *O que é isso companheiro?* (1979), e a Editora Alfa-Ômega edita em 1979 o 5º volume da sua coleção História Imediata a: *A volta da UNE: de Ibiúna a*

Retomando precisamente ao objeto deste trabalho, entre os diversos textos sobre a história da UNE realizados no período da sua reconstrução, destacarei três que considero relevantes: o livro/revista⁸ *Memorex*, feita pelo DCE/USP em conjunto com Publicações Guaraná, lançado em 1978; outra publicação do DCE/USP, que na época era dirigido pela “Libelu”, chamada *A história da UNE*, de 1979; e o *Caderno da UNE*, organizado pelo DCE/PUC-Rio no mandato da Ação Popular Marxista Leninista (APML), também de 1979. A partir destes históricos, destacarei pontos levantados pelos mesmos que considere importantes para serem abordados na análise deste trabalho.

Cabe diferenciar *Memorex* das demais publicações. Primeiro, por ter sido uma publicação com 10.000 cópias, de acordo com seus editores⁹. Segundo, porque contava com uma pesquisa documental e iconográfica, o que normalmente não havia em outros históricos, mas não necessariamente com o rigor acadêmico, pois há poucas referências bibliográficas e os textos são colocados sem as devidas referências e sem numeração de páginas, o que atesta o caráter experimental do trabalho. *Memorex* também pode ser vista como a produção de uma história com uma singularidade militante, como assinala Michel Pigenet (PIGENET, 2006), uma vez que, nesse caso, a prioridade não estava centrada na escrita de um histórico com ponto de vista científico, mas sim para que servisse a uma causa: a dos estudantes. A publicação foi resenhada por Perseu Abramo no jornal *Folha de S. Paulo*. O resenhista destacou o objetivo da publicação: ela se propunha a “reconstruir, no plano histórico, a maior entidade estudantil com evidente e louvável intuito de também reconstruí-la no plano jurídico e prático” (ABRAMO, 2006: p. 2005). A resenha de Abramo termina abordando o mérito duplo da publicação, política e pedagógica, no sentido de recolocar para a “consciência nacional a necessidade de abrir e ampliar os espaços políticos, as liberdades democráticas e, principalmente, os direitos de reunião e expressão, de manifestação e de organização”(Idem).

Salvador, escrita por Luiz Henrique Romagnoli e Tânia Gonçalves.

⁸ Na Biblioteca da FFLCH/USP, *Memorex* está catalogado como um livro. O nome completo existente na capa era: *Apesar de tudo – UNE Revista Memorex: elementos para uma história da UNE*.

⁹ Em poucos dias a revista entrou em circulação e, em menos de dois meses, sua tiragem de 10 000 exemplares havia se esgotado (PINTO, Ary Costa; MONTEIRO, Marianna. *Rememorex: uma rebeldia necessária*. Disponível em: <<http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/09/rememorex-uma-rebeldia-necessria-por.html>>. Acesso em: 05 out. 2009).

Memorex, como também os demais relatos históricos da UNE, visavam à reconstrução de um passado de luta para legitimar a reconstrução da entidade que, segundo os militantes da época, era fundamental para ampliar e solidificar a luta contra o regime. Nesse caso, o peso da história se prestava à sustentação de uma conduta política. O próprio nome da publicação – *Memorex* – indica um caminho. A “memória” do movimento retransmitida servia como instrumento para justificar a força política da UNE, representando, assim, um “capital de poder” a ser utilizado pelos estudantes. Mais do que a simples utilização do passado, esses históricos eram permeados por discursos que se orientavam a partir da visão dos estudantes-militantes sobre o presente. Em suma, a reconstituição do passado pela representação estudantil resultou na construção de uma “história oficial da UNE” que não só legitimava a linha de atuação do ME, mas também servia como contraponto à história oficial do regime. Nessa reconstituição, há várias versões sobre o “nascimento” das movimentações estudantis no Brasil:

- Alguns trabalhos apresentam o período anterior da criação da UNE, como no documento “Movimento Estudantil no Brasil”, que destaca a “atuação coletiva” no movimento, desde a passagem do Segundo Império para a Primeira República.¹⁰
- Outros se referem a um começo desconhecido, afirmando: “A história das lutas dos estudantes é antiga, ninguém sabe ao certo como ela começou, mas a crônica histórica relata a participação dos estudantes em movimentos sociais por várias ocasiões, algumas das quais muito importantes. Já em 1835...”¹¹
- Mas boa parte dos históricos apontam a fundação da UNE em agosto de 1937, a partir do Conselho Nacional de Estudantes (CNE), realizado na Casa do Estudante do Brasil (CEB), baseados na leitura de Poerner;
- Há os que se referem à “formação da verdadeira UNE” (MEMOREX, 1978) no Congresso de 1938.

¹⁰ Movimento Estudantil no Brasil. Assinado pela equipe: Juvenal, Leila, Miguel, Rosamaria, Tereza, R. [1978]? (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, Livraria Palavra, cx. n. 125).

¹¹ Documento de 43 páginas, [1978]? (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, Livraria Palavra, cx. n. 123).

- Para outros, a UNE surgiu quando se deu a separação da CEB, em 1940.¹²
- Já o DCE da PUC-Rio apresenta uma versão diferente da de Poerner, com a qual concordo (e essa concordância já foi explicitada na minha dissertação de mestrado), ou seja, de que no primeiro Conselho Nacional de Estudantes realizado em 1937, os temas políticos foram proibidos e, em 1938, “as novas resoluções, inclusive sua diretoria já caracterizavam um novo órgão estudantil – que no 2º Congresso [1938] se chamaria UNE”¹³. De fato a primeira vez que aparece cunhado o termo UNE foi no Congresso de 1938.¹⁴

O histórico feito pelo DCE/USP em 1979, chamado *A história da UNE*, trouxe uma passagem importante para o contexto vivido pelos jovens do fim dos anos de 1970. Segundo o texto publicado: “A proposta aprovada no 2º Congresso [da UNE], *com delegados eleitos democraticamente* buscava ampliar e democratizar a participação do conjunto dos estudantes”¹⁵ (grifo meu). Lutar pela ampliação de canais democráticos era uma das metas do movimento durante a década de 1970. Evidenciar a possibilidade de “eleger” os seus representantes significava, então, mostrar a busca pela democracia que era empreendida nas lutas travadas durante o período.

O controle das entidades estudantis decretado pelo regime levou os estudantes a enfatizarem o nascimento da UNE a partir de “um decreto presidencial” (de Vargas), interpretado como “tentativa de se ter um controle do ME”, como foi descrito no histórico do DCE/USP de 1979. No entanto, o reconhecimento da UNE foi demandado pela própria entidade e ocorreu por ocasião do 3º Congresso da associação estudantil, em 1939. Naquele momento foi encaminhado ao presidente Getúlio Vargas um ofício em papel timbrado da UNE e assinado pelas principais lideranças da entidade¹⁶. A partir

¹² Movimento Estudantil no Brasil. Assinado pela equipe: Juvenal, Leila, Miguel, Rosamaria, Tereza, R. [1978] (Arquivo CEDEM/UNESP, Fundo CEMAP, Livraria Palavra cx. n. 125).

¹³ *Caderno da UNE-79*, DCE-PUC-RJ, 1979 (Arquivo MME 007-3.3).

¹⁴ As assembleias realizadas [no Congresso de 1938] resultaram num documento final intitulado “Plano de sugestões para reforma educacional aprovado no 2º Congresso Nacional de Estudantes” que regulava e reconhecia a UNE como entidade representativa dos estudantes. Para maiores informações ver: (MÜLLER, 2005, p. 39-40).

¹⁵ *A história da UNE*. DCE Alexandre Vannucchi Leme/USP, 1979 (Arquivo MME 026- 1.1).

¹⁶ O conteúdo do documento era o seguinte: “Considerando que se acha organizada a União Nacional de Estudantes do Brasil, fundada no 2º Congresso Nacional de Estudantes, (...) pleiteia junto à V. Excia. o seguinte: O reconhecimento da União Nacional de Estudantes do Brasil como a entidade oficial dos

desse documento, pode-se verificar que é a própria entidade que vai pedir seu reconhecimento ao governo. Portanto, não foi uma criação do governo Vargas. Mas, sem dúvida, o Estado contribuiu para formação da UNE e sua sustentação. O que fica claro aqui é que a UNE, uma entidade autônoma, caminha em direção ao Estado, em busca da sua consideração, aquilo que Jorge Ferreira e Lucília Delgado chamam de “cultura estatista” (FERREIRA; DELGADO, 2003: p. 9). Evidencia, também, que as relações entre a entidade e o governo eram ambigualmente cordiais. Mas a leitura do passado feita pelos estudantes em 1979 tinha como meta frisar o quão controlador era o Estado no presente e no passado. Como afirma Pedro Torres toda história é filha de seu tempo e a conjuntura política do momento interfere naquilo que é produzido (TORRES, 2001: p. 131). Certamente foi a partir da vivência da repressão sob o autoritarismo dos “anos de chumbo” que se leu o surgimento da UNE relacionado ao autoritarismo do Estado Novo.

Memorex coloca ênfase no autoritarismo do regime instituído em 10 de novembro de 1937. Em meia página, fica ressaltada essa experiência, através de cinco itens: 1) fechado o Congresso Nacional; 2) criada a censura à imprensa, rádio, teatro, cinema, etc.; 3) fim das liberdades sindicais; 4) fim das garantias individuais; 5) *fim das liberdades democráticas* (grifo meu). A versão de um Estado autoritário no passado se prestava à justificativa e à legitimação da luta contra a ditadura do presente. Retratar o passado para reforçar as posições defendidas no presente não deixa de ser um dos intuitos de todo ato mnemônico. Além disso, a relação passado/presente também tinha como finalidade projetar o futuro. A linha de continuidade entre passado e presente, ou, como sugeriu Marc Bloch, a interpenetração entre os dois tempos (BLOCH, 2001: p. 65), ignora o interregno de experiência democrática que ocorreu entre 1946 e 1964. Na escrita da história, essa linha contínua é acentuada, para que o passado possa ser associado ao presente. Nesse caso, é possível afirmar, na linha de interpretação de François Bédarida, que “presente e passado são, então, religados dialeticamente, cada um dando e recebendo o sentido do outro” (BÉDARIDA, 2001: p. 157).

estudantes brasileiros, órgão da classe estudantil do país.” (Arquivo GC 38.04.18 série g, r. 52 fot 416. CPDOC/FGV). Em 11 de fevereiro de 1942, foi publicado o Decreto-Lei n. 4.105, que reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Maiores informações em: (MÜLLER, 2005, p. 61-66).

Com essa longa exposição sobre a “releitura do passado” feita pelos estudantes dos anos 1970, espero ter deixado clara minha discordância da leitura feita por Poerner e seus seguidores. Discordo também do autor, incorporado em *Memorex*, quando se refere à criação da Juventude Brasileira¹⁷. Na releitura do passado feita pelos estudantes, consta a afirmação: “Desde há muito, o regime do Estado Novo alimentava o sonho de criar uma espécie de juventude ‘balilla’ de Mussolini. No dia 1º de abril de 1943 uma portaria do ministro da Educação institui a Juventude Brasileira” (MEMOREX, 1978). Já no histórico do DCE/USP de 1979 se lê: “Diante da agitação cada vez maior realizada pela UNE, Getúlio cria a Juventude Brasileira.”¹⁸ Poerner ignora o fato de que a Juventude Brasileira (JB) fora constituída em março de 1940¹⁹. Foi somente quando as duas entidades “se encontraram” em 1943, devido à decisão do ministro da Educação de colocar a JB no mesmo prédio da UNE²⁰, que a entidade estudantil passou a se pronunciar contra a Juventude. Com isso, Poerner considera a criação da JB apenas a partir desse momento. Sobre o episódio da JB e UNE, sucederam-se inúmeras discussões e Hélio de Almeida, presidente da UNE em 1943, renunciou seu cargo. O grande ganho político e o legado a ser passado para as futuras gerações foi que a renúncia de Hélio de Almeida revogou a portaria ministerial e, segundo *A história da UNE*, “levou o governo a voltar atrás em sua frustrada decisão de esvaziar e destruir a UNE”.²¹ Assim, podemos demonstrar que o exemplo exposto acima procurava também mostrar a importância das ações realizadas pelo movimento na busca de mudar possíveis atos impostos pelos governantes. Mostra também a rebeldia combativa do jovem, que deveria ser resguardada e ser recriada em momentos em que a entidade deveria mostrar sua “força”.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre a Juventude Brasileira, consultar: BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce C. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166. BOMENY, Helena Maria Bousquet. Contenção de mulheres, mobilização dos jovens. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 81).

¹⁸ *A história da UNE*. DCE Alexandre Vannucchi Leme – USP 1979 (Arquivo MME 026-1.1).

¹⁹ Através do Decreto-Lei n. 2.072, aprovado em 02.03.1940.

²⁰ Para aprofundamento do assunto, ver: MÜLLER, Angélica. Um encontro na diversidade: UNE e Juventude Brasileira atreladas. (MÜLLER, 2005. p. 76-85).

²¹ *A história da UNE*. DCE Alexandre Vannucchi Leme/USP, 1979 (Arquivo MME 026- 1.1).

A luta contra o regime ditatorial de Vargas é mostrada, em *Memorex*, através de fotos com cartazes “abaixo a ditadura”, dizeres sobre a “anistia ampla e irrestrita” e “por liberdades democráticas” reivindicadas por estudantes no fim do Estado Novo. Relembrar esses fatos tinha fundamental importância para os estudantes da década de 1970 que realizaram a publicação. Mais uma vez, passado, presente e futuro estão articulados conjuntamente. Os históricos sobre a UNE mostram também como se formou o antivarguismo através da União Democrática Nacional (UDN) e ainda a crítica dos estudantes ao posicionamento do PCB, cujo líder Luis Carlos Prestes pregava a “constituente com Getúlio”²². Apesar de não serem bem evidenciadas as diferenças políticas daquela coligação que juntou grupos liberais e grupos de esquerda, o importante era mostrar que a UNE tinha encampado a luta contra o Estado Novo. Também na luta por “liberdades democráticas” do final dos anos 1970, houve união entre liberais e grupos de esquerda. Mesmo apresentando diferentes visões sobre como se deveria proceder em relação à abertura democrática e como deveria ser a nova estrutura da entidade que voltaria à cena política, o importante a salientar é que os estudantes, em sua grande maioria, estavam de acordo quanto à importância da reconstrução da UNE e da derrubada do regime.

Voltando ao passado, ou melhor, ao período posterior a 1945, quando os partidos políticos retomaram suas atuações em âmbito nacional, a disputa pela hegemonia do controle da UNE também se evidenciou; as atividades políticas do grupo vinculado à UDN, que continuava encabeçando a entidade até 1947, passaram a ser desconsideradas por aqueles que estavam reescrevendo a história da entidade em 1979, provavelmente com o intuito de não reforçar as realizações daquelas gestões. *A história da UNE* e o *Caderno da UNE* nem remetem ao período pós-redemocratização da década de 1940. *Memorex* o menciona rapidamente e num único parágrafo:

Com o fim da ditadura, em 1945, a UNE sofreu até 1947 um relativo esvaziamento político, suas atividades nesse período ganham assim um tom assistencialista. (...) Fase esta senão de moderação política, pelo menos de ausência de bandeiras capazes de mobilizar nacionalmente os estudantes. Todavia, registra-se neste período o aparecimento de restaurantes e entidades estudantis, bem como a criação do balé da UNE e a reorganização do Teatro da UNE, dirigido por Sérgio Cardoso. (MEMOREX, 1978)

²² A referência ao PCB aparece somente no histórico de 1979. *A história da UNE*. DCE Alexandre Vannucchi Leme/USP, 1979 (Arquivo MME 026-1.1).

Negar as movimentações dos estudantes nessa época e a ênfase no “esvaziamento político” do movimento significa, no meu entender, uma forma de “manipulação do passado” e seu uso político, através do uso seletivo das lembranças. Nesse caso, o uso pragmático do passado reconfigura a importância dos fatos, levando a um “silenciamento” de determinados momentos, que se justificavam necessários naquele presente, aquilo que Ricoeur chama de “apagamento de traços” (RICOEUR, 2000: p. 579).

A instrumentalização do passado é corroborada de maneira mais intensa com a campanha da UDN contra o governo Vargas em 1950. Os históricos identificam o “período negro” da UNE (termo cunhado por Poerner) entre 1950 e 1956: o movimento vivia um momento de grande polarização entre “direita e esquerda”, tendo “a direita” hegemonia na entidade estudantil. Esse grupo, que se intitulava como liberal na época, identificava-se com a UDN, e era liderado pelo estudante de engenharia Paulo Egydio Martins, um udenista, que era presidente da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro. Cabe lembrar que, em fins dos anos 1970, Paulo Egydio foi governador do Estado de São Paulo e responsável pela invasão da PUC-SP em 1977, episódio conhecido na história do regime militar.

Os autores das referidas publicações, sempre baseados em Arthur Poerner, fizeram referência ao período do início dos anos 1950 como uma época que “não apresenta nada de excepcional que mereça registro”. As menções são tão restritas que nem mesmo os nomes dos presidentes das gestões subsequentes à de Olavo Jardim Campos, o primeiro do campo “direitista”, são mencionados. Cabe destacar que as duas primeiras gestões da UNE nesse período foram críticas ao governo de Getúlio Vargas porque eram udenistas. No entanto, apesar da UDN ter sido contrária ao monopólio do petróleo pelo Estado, a UNE, pela força dos Centros Acadêmicos e Uniões Estaduais, teve que empunhar a bandeira do “Petróleo é nosso”. *Memorex* não aborda extensamente esse período. Poucas páginas da publicação são dedicadas a esse contexto, entretanto, descrevem apenas as atividades internacionais que a UNE realizou, assim como seu desligamento da União Internacional de Estudantes (UIE), uma entidade de coloração comunista. Apenas duas fotos, uma de Vargas recebendo estudantes, e outra foto, de página inteira, do enterro do presidente, em agosto de 1954, mostrando milhares de pessoas no Aterro do Flamengo, ilustram o período.

Nota-se que em certas circunstâncias, e de acordo com os objetivos políticos dos que editavam o livro/revista, certos aspectos do passado varguista deveriam ser omitidos. No momento de luta contra a ditadura, mais valia mostrar o apoio popular garantido a Getúlio na vigência do regime democrático (1951-1954) e sua luta contra liberais golpistas do que mostrar a posição que oficialmente a UNE tomou contra seu governo, posicionando-se ao lado dos “inimigos” de Vargas. Também não era de interesse daqueles estudantes que lutavam pela reconstrução da sua entidade mostrar que no passado a mesma foi dominada por ideias “direitistas”, que naquele momento significava a representação de parte da sociedade civil que apoiava o regime.

Jérôme Baschet, ao refletir sobre a volta ao passado, mostra que ela também permite avaliar os erros e detectar impasses (BASCHET, 2001: p. 55-74). O conhecimento do passado, segundo o autor, permite se separar dele para evitar novamente tornar-se sua “vítima”. Acredita que a reconstrução do passado serve também para uma reflexão em busca de novas diretrizes a serem traçadas e realizadas. Nesse sentido, seria mais coerente com a conjuntura do final da década de 1970, os estudantes apresentarem o apoio popular ao regime democrático, e ao seu chefe (Vargas), do que mostrar uma UNE que agia contra esse governo, portanto contra as reformas nacionalistas propostas para o período. Propor uma análise do passado interpenetrado pela conjuntura política do presente constituía, de certa maneira, a procura por uma tática política que pudesse inviabilizar o projeto da ditadura, o que significava interferir na história que estava se desenrolando. A luta política, neste caso, era travada no plano teórico. Se o regime baniu as liberdades de expressão e organização, o correto seria tentar suplantar essa barreira. Uma publicação que não dispunha de liberdade para falar do presente, voltava-se para o passado, projetando-o na atualidade e no futuro.

Mas, sem dúvida, a “idade de ouro” do ME está centrada no início da década de 1960, com a ascensão da juventude católica e a gestão de Aldo Arantes (1961/1962) frente à UNE. Os seminários sobre reforma universitária, a “célebre” greve por 1/3 de representantes nos órgãos colegiados, a UNE-Volante²³ são lembrados como os momentos mais pujantes da história da entidade. É visível a ênfase na figura de Aldo

²³ Caravana que atravessou o Brasil nas universidades, nas quais diretores da UNE realizavam seminários sobre os pontos da reforma universitária e ocorriam apresentações do CPC.

Arantes no histórico do DCE/PUC-Rio, provavelmente porque antes de ser presidente da UNE, Aldo foi presidente desse DCE em 1959²⁴. Além disso, foi neste período do início dos anos de 1960 que muitos dos militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) fundaram a Ação Popular (AP) (dentre eles Arantes), sendo destacada a militância da PUC-Rio. Bom motivo para os militantes da APML de fins dos anos de 1970 darem destaque aos seus “grandes personagens”. Tanto o histórico do DCE/USP de 1979, quanto o da PUC-Rio, ao citarem Aldo Arantes, mencionavam que ele estava preso em São Paulo (assim como fizeram com outros nomes que se encontravam na mesma situação). Se a utilização do passado ajudava a alicerçar a organização da entidade rumo ao futuro, a denúncia das prisões servia para evidenciar as agruras do presente. A articulação dos três tempos (passado, presente e futuro) funcionava como uma arma política dos estudantes na resistência contra o regime.

Memorex mostra ainda o papel que a UNE desempenhou na posse de João Goulart na Presidência da República, publicando uma nota da entidade na época. No final, em letras maiúsculas estava destacado: “A CONSTITUIÇÃO DEVE SER DEFENDIDA! POVO E ESTUDANTES UNIDOS PELA CONSTITUIÇÃO! UNIDOS PELA LEGALIDADE!” (MEMOREX, 1978). Lembramos que a tendência “Liberdade e Luta” foi a primeira força a defender a assembleia constituinte, em oposição à “Refazendo”, que não a apoiava. Destacar a luta pela defesa da Constituição continuava a ser, para aqueles estudantes, uma bandeira a ser defendida pelo movimento. Não por acaso, o *Caderno da UNE* do DCE/PUC-Rio, que era apoiado pela APML carioca, não fez menção à questão.

O golpe militar, ainda tratado como “revolução” por *Memorex* – “uma revolução de muitos donos e modestos propósitos” – mostra a escalada do regime. Os históricos da USP retrataram o incêndio da sede da UNE e a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda, que colocaria as entidades estudantis na ilegalidade. A UNE estava oficialmente extinta. *Memorex* traz também reportagens do próprio ano de 1964, mostrando a movimentação dos estudantes que se diziam dispostos a não aceitarem a “tutela” do Estado, frisando que a entidade não deixaria de ser uma “verdadeira agremiação representativa do pensamento estudantil” (MEMOREX, 1978). Até 1968, as referências às ações da

²⁴ Ofício do DCE/PUC-Rio, informando posse de diretoria em 22.12.1959 (Arquivo MME 009-2).

entidade, em sua grande maioria, são extraídas de jornais que mencionavam a resistência dos estudantes, evidenciando, por exemplo, os congressos clandestinos realizados com sucesso. Nessa conjuntura, seria importante evidenciar uma memória de resistência apresentada pelos estudantes contra o regime instaurado que, segundo François Hartog, funciona como um instrumento do presentismo, na medida em que se faz necessário reter do passado aquilo que preparará o futuro que se quer (HARTOG, 2003: p. 138). A resistência apresentada serviria para legitimar as lutas encampadas, não só contra o fim do próprio regime, mas também pelo ressurgimento da entidade nacional dos estudantes. Nesse caso tratava-se de não esquecer o que aconteceu no passado, mas também de agir no presente.

O ano “mítico” de 1968 é rememorado por *Memorex* através da morte “e ressurreição” do estudante Edson Luís, “um menino pobre do interior brasileiro, decidido a construir, a qualquer preço, seu próprio destino”. O livro/revista traz um longo artigo que, segundo as referências, fora retirado do jornal *Correio da Manhã*, que conta a “saga” do jovem que tentava sobreviver em meio às dificuldades sociais apresentadas no país. Mostra também que a morte de um estudante levou a uma tomada de consciência do povo, que passou a “repudiar o poder militar”, seu opressor. O 30º Congresso de Ibiúna tratado em *Memorex* se restringe à reprodução de um trecho de uma reportagem da *Folha de S. Paulo* que evidencia a prisão de todos os estudantes, acompanhada de uma grande foto de estudantes presos. Já *A história da UNE*, que trata o período de um ponto de vista um pouco mais crítico, demonstra que “o grande saldo desse Congresso foi o fato de ter possibilitado que fossem criticadas e reformuladas muitas das posições anteriormente defendidas pelo ME”.²⁵ O *Caderno da UNE* do DCE/PUC-Rio se refere à repressão ao Congresso de Ibiúna, mostra a “passeata dos cem mil” e termina seu histórico fazendo referência às prisões, assassinatos e desaparecimento de estudantes. Depois da referência a 1968, *Memorex* dá um salto no tempo e termina seu “histórico” dedicando as últimas páginas a fotografias que mostram muito provavelmente (pois não existem as referências) as grandes passeatas realizadas em 1977, nas quais estudantes nas ruas carregavam faixas com os dizeres “pela anistia ampla” e “pelas liberdades democráticas”.²⁶

²⁵ *A história da UNE*. DCE Alexandre Vannucchi Leme/USP, 1979 (Arquivo MME 026-1.1).

²⁶ Segundo editores da publicação, refletindo sobre a mesma 30 anos depois: “O período compreendido

Mas *A história da UNE* continua sua narrativa com o que chamou de “terceiro período 1970-1979”. Passando do “terror cultural” à crítica da não validade do 31º Congresso (de 1971), o documento mostra a “recomposição do ME no período mais duro do regime. Alguns fatos foram selecionados em detrimento de outros, mas o ponto culminante foi a “nova explosão” do movimento, com o assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em 1973. Mostra ainda o avanço das formas de lutas, a greve da Escola de Comunicação e Arte (ECA) e a importância da reestruturação do DCE/USP naquele contexto. A validade das conquistas de 1977 foi salientada pelo grupo: “Os estudantes, enquanto o setor social que conseguiu reorganizar-se mais rapidamente, estavam descontentes com o péssimo nível de ensino, com a queda geral do nível de vida, com a falta de liberdade e a repressão existente no país”. Esse seria o passo para, em 1978, o movimento social dar um “salto precioso”, com as greves operárias. O final do documento traz a concepção da conjuntura política daquele grupo de estudantes que acreditavam que o “regime estava se isolando cada vez mais”. Terminam mostrando a importância da recriação da entidade: “A UNE teria um grande significado para fazer avançar essa unificação nacional e um papel de relevo na luta oposicionista”.

Apresentar um histórico da UNE significava evidenciar que ela ressurgia com um passado que legitimava sua volta. A narrativa dava ênfase à “experiência coletiva”, que teve sua trajetória oficialmente interrompida, apesar da continuidade de atividades do movimento. Como bem constata Lucília Neves Delgado, a narrativa como fonte para construção do conhecimento histórico tem um potencial inesgotável, pois é também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do olhar da memória. (DELGADO, 2003: p. 22) Mais do que reconstruir o passado com os olhares do presente, esses históricos serviram para legitimar o retorno da entidade nacional, com o intuito de projetar não somente o seu futuro, mas também o futuro do país. Mas, sem dúvida, as experiências dos tempos se interpenetraram, com vistas a “iluminar o presente” (HARTOG, 2003: p. 26) que estava sendo vivido. Se as guerras da memória têm por aposta real o futuro, ou seja, a definição do tipo de sociedade que se deseja

entre o Congresso de Ibiúna e 1978 não foi nosso objeto de pesquisa, em parte porque não nos encontrávamos muito afastados dele. E também porque a ação dos dirigentes da UNE na dura condição de clandestinidade impedia que se produzissem muitos documentos oficiais escritos e no momento em que realizamos nosso trabalho seria quase impossível tentar resgatá-los.” (PINTO, Ary Costa; MONTEIRO, Marianna. *Rememorex: uma rebeldia necessária*, cit.).

construir, como afirma Bruno Groppo (GROPPO, 2001: p. 39), torna-se compreensível a opção destes estudantes em “pegar a história como arma”, fruto de uma nova cultura política que entrava em vigor.

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, Perseu. A ponte que os une. In: MAUÉS, Flamarion; ABRAMO, Zilah Wendel. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 204-205.

BASCHET, Jérôme. L’histoire face au present perpetual: quelques remarques sur a relation passé/future. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L’École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001. p. 55-74. (Enquête, 1).

BÉDARIDA, François. Le temps présent et l’historiographie contemporaine. *Vingtième Siècle: Revue d’Histoire*, n. 69, p. 157, jan./mars 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAPELATO, Maria Helena, Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. *Revista Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, Editora Universitária da UFPE, n. 24, p. 61-81. 2006.

DELGADO, Lucília de A. Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, São Paulo, Associação Brasileira de História Oral, n. 6, p. 9-25, jun. 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

GIRARDET, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Seuil, 1986. p. 97-137.

GROPPO, Bruno. Traumatismos de la memoria e imposibilidad de olvido en los países del Cono Sur. In: GROPPO, Bruno; FLIER, Patrícia (Comp.). *La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Al Margen, p. 19-42, 2001.

HARTOG, François, *Regimes d’historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e os jovens. In: *Revista Civilização Brasileira*. Ano III Nº 15. p. 135-145, Setembro de 1967.

LAVABRE, Marie-Claire. *Le fil rouge: sociologie de la mémoire communiste*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

MEMOREX: elementos para uma história da UNE. São Paulo: Edições Guaraná, 1978. Título na capa: Apesar de tudo – UNE Revista Memorex: elementos para uma história da UNE.

MÜLLER, Angélica. O Congresso de Ibiúna: uma narrativa a partir da memória dos atores. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.). *1968 - 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 63-77, 2010.

_____. *Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de, *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

PIGENET, Michel. L'Institut CGT d'Histoire Sociale (1982-2002): entre exigences historiennes, impératifs d'organisation et démarche identitaire. In: ANDRIEU, Claire; TARTAKOWSKY, Danielle; LAVABRE, Marie-Claire. *Politique du passé: usages politiques du passé dans la France contemporaine*. (Collection Le Temps de l'Histoire). Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 2006. p. 241-251.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: UNESP, 2010.

TARTAKOWSKY, Danielle; LAVABRE, Marie-Claire. Introduction. In: ANDRIEU, Claire. TARTAKOWSKY, Danielle. LAVABRE, Marie-Claire. *Politique du passé: usages politiques du passé dans la France contemporaine*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 2006. p. 193. (Collection Le Temps de l'Histoire).

TORRES, Pedro Ruiz. Les usages politiques de l'histoire en Espagne: formes, limites et contradictions. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques (Dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001. p. 129. (Enquête, 1).